

Arena Pública e Escala da Memória: O Ecomuseu como Dispositivo de Ação Coletiva no Quilombo da Dona Bilina.

Cláudio José Santiago Vega de Moura (LAT/IPPUR/UFRJ)

Palavras Chaves: Ecomuseu; Arena pública; Quilombo¹

Resumo: O presente artigo parte da compreensão do ecomuseu como uma forma contemporânea de museologia social baseada na articulação entre território, comunidade, memória e meio ambiente, na qual o patrimônio ultrapassa os limites do objeto material e se constitui a partir de práticas, saberes e experiências coletivas. A partir de uma etnografia multissituada, o artigo analisa o Ecomuseu Quilombo da Dona Bilina, localizado na vertente norte do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro), como expressão de uma museologia social viva e territorializada. Argumenta-se que o ecomuseu opera como instrumento de fortalecimento identitário e de reivindicação territorial frente a distintas forças hegemônicas. Nesse cenário, propõe-se o conceito de “Escala da Memória” para compreender a memória como recurso político e espacial mobilizado na arena pública, capaz de articular diferentes níveis de governança e práticas comunitárias na luta pelo reconhecimento territorial quilombola.

O Ecomuseu como regime de produção da memória coletiva no território quilombola

O museu é um espaço complexo em que lugar, tempo e objetos – materiais e imateriais – representam uma fração específica da memória coletiva escolhida por determinados grupos sociais para ser preservada. Nesse espaço múltiplo e simbólico, distintas memórias passam a ocupar um território físico na cidade. Algumas, hegemônicas, frequentemente materializadas em edificações imponentes, com investimento paisagístico e institucionalizadas. Outras, fruto de práticas cotidianas de comunidades ameaçadas pela expansão urbana e pela especulação imobiliária. Traça-se, nesse contexto, um limiar entre a memória reivindicada e memórias selecionadas para

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

serem preservadas, quem tem acesso a elas e quais os argumentos que justificam sua preservação.

Ao observar os museus contemporâneos, salta aos olhos o distanciamento de sua origem etimológica, ligada aos templos das Musas na Grécia Antiga – o *Muséion*, espaço de inspiração artística e intelectual, vinculado à relação entre Zeus (representando o arquétipo do poder) e Mnemosyne (a personificação da memória). No *Muséion*, as Musas inspiravam diversas formas de criação artística, de maneira interdisciplinar e coletiva. A arte e a cultura ali nasciam em fluxo vivo e compartilhado.

Embora os museus contemporâneos mantenham, em essência, a relação entre poder e memória – fundamentos que justificam sua existência social –, tornaram-se também instrumentos de dominação simbólica, sobretudo em contextos coloniais, voltados à preservação de uma cultura hegemônica, muitas vezes eurocentrada e originada no acúmulo de riquezas retiradas de seus contextos particulares. Nas palavras de Michel Foucault (1988), “onde há memória, há esquecimento” e “lá onde há poder, há resistência”. Essa afirmação destaca a natureza seletiva da memória museológica, que não contempla todas as formas de lembrança. As memórias ali exibidas são criteriosamente selecionadas por classes dominantes, para serem consumidas por uma sociedade moldada sob seus parâmetros culturais. Por outro lado, ao se ativar a dimensão do poder, a resistência se manifesta de forma visível no campo social e é evidenciada, por exemplo, nos movimentos que buscam a preservação da memória local, como o Ecomuseu do Quilombo da Dona Bilina, objeto empírico deste trabalho.

Vale destacar que, na França, no fim de 1960 e início de 1970, o debate sobre as limitações da “Museologia Tradicional” conformou a calorosa arena pública, fazendo com que inúmeras iniciativas de cunho social/local assumissem protagonismo. Esta “nova museologia”, a Museologia Social, assume uma importância e abrangência de forma célere. Ela nasce como crítica à concepção tradicional de museus como estruturas físicas neutras, imutáveis e supostamente imparciais, dedicadas à preservação da “história da humanidade” ou da “história nacional”. Essa nova vertente não apenas questiona essa história e propõe o reconhecimento de sujeitos, espaços comuns e personagens marginalizados – muitas vezes excluídos do museu tradicional – como produtores legítimos de memória, arte e cultura. Trata-se de uma abordagem que evoca

memória e poder para dar sentido ao presente, tornando-o denso, sólido e socialmente ancorado na história local e afetiva.

Autores Franceses como Hugues de Varine (2012), Georges Henri Rivière (1988) entre outros, foram responsáveis pelo debate qualificado do campo e pela expansão da importância da Museologia Social. Quando olhamos para o Brasil e América Latina (países Sul X Sul global), autores como Mário Chagas (1995), Mário Moutinho (1999) e Regina Abreu (1996) são nomes importantíssimos na expansão e consolidação do debate no Brasil e em Portugal, bem como com suas atuações intensas no território e na formação de redes, as quais interligam ações nos mais diversos países – especialmente no espaço lusófono – visando o fortalecimento das atividades museológicas comunitárias.

Na atualidade, os Museus não estão apenas circunscritos a espaços físicos e memórias selecionadas, apresentadas como leituras únicas de momentos “da nossa história”. Segundo Mario Chagas², os museus tendem a querer “ser eternos”. Contudo, assim como a sociedade constantemente transforma-se, igualmente a memória e o museu, que, contemporaneamente, assume diversos contornos, como ecomuseus, museus comunitários, museus territoriais, museus de percurso, entre outros. Esta nova dinâmica museológica, ocupa-se com os agentes fazedores diários da memória coletiva do espaço habitado.

O conceito de Ecomuseu engloba três dimensões essenciais: a ecologia, a museologia e a comunidade. O sufixo “eco” (ou *oikos*), que significa casa, está ligado ao conceito de ecologia, economia e meio ambiente como parte integrante do ser e das relações sociais; a museologia, como prática de preservação e valorização das memórias locais e como instrumento de empoderamento dos agentes territoriais, trata do patrimônio valorizado, que não é somente o patrimônio tangível, que pode ser visto e tocado, mas também – e sobretudo – do patrimônio intangível (tradições, histórias orais, práticas culturais) que se ancora num território, ou seja, num espaço produzido e habitado por e para as memórias próprias de sua coletividade; e a comunidade (que acaba se configurando como uma “comunidade de interpretação”³) atuando como

² Entrevista. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. Revista Icapuí, 2023.

³ Segundo David Lapoujade (2017), tendo como base os escritos de William James descreve a comunidade de interpretação constitui-se como uma coletividade que, a partir de experiências, crenças, símbolos e práticas compartilhadas, produz sentidos comuns acerca do mundo vivido.

agente fomentador e gestor dos processos e tomada de decisões, visando o desenvolvimento sustentável do coletivo. Sendo assim, a materialização dessa proposta se dá por meio dos ecomuseus: espaços participativos que dialogam com a comunidade, com a conservação de acervos vivos, práticas sociais e vínculos afetivos.

Ecomuseu Quilombo da Dona Bilina ⁴ é um exemplo vívido e pulsante da proposta de uma museologia social efetivamente transformadora. O quilombo situa-se na vertente norte do Maciço da Pedra Branca, na região do Rio da Prata, bairro de Campo Grande (bairro da minha residência), na cidade do Rio de Janeiro. A figura de Dona Bilina, matriarca do quilombo, rezadeira, parteira e lavradora, é símbolo da resistência e da manutenção da memória ancestral, perpetuada por seus descendentes.



Figura 1 – Localização do Quilombo Dona Bilina, Rio da Prata, CG/RJ.⁵

Atualmente a comunidade segue vívida, com ações em diversos campos, desde da reprodução material até o campo ação coletiva, através de atividades como: horta comunitária, preservação do patrimônio etnobotânico da região de mata atlântica, práticas e valorização da memória local através do Ecomuseu, das rodas de conversa e as articulações de ações em rede com outros quilombos e com agentes locais; reflorestamento das áreas de Mata atlântica, devastadas pela ação humana; plantação de alimentos orgânicos com as práticas da agricultura familiar; parcerias com as agências

⁴ ECOMUSEU QUILOMBO DONA BILINA. Ecomuseu Quilombo Dona Bilina. Disponível em: <https://ecomuseuquilombodonabilina.com.br/ecomuseu/>.

⁵ AS-PTA. Cartografia Participativa – Quilombo Dona Bilina, 2022.

do órgão público de promoção da saúde (Clínicas da família) e serviço social (CRAS), bem como com a proteção de crianças e jovens através do Conselho Tutelar. Em meio a tantas ações, o Quilombo tornou-se referência e ponto de encontro e venda de produtos orgânicos locais, produzidos pelos próprios moradores da região.



Figura 2: Dona Bilina

Todas essas ações têm como alicerce a memória local, com todos os símbolos, palavras, gostos, toques, trocas e vivências que fortalecem o vínculo comunitário. Percebe-se, conforme argumenta Halbwachs (2006), que a memória não se constitui como um fenômeno estritamente individual, mas é produzida e reconstruída coletivamente a partir dos quadros sociais de referência compartilhados pelos grupos. Ao passo que as imagens produzidas por uma determinada lembrança, *per se*, não forma uma memória, é apenas uma lembrança de um fato anteriormente ocorrido. No momento que ele é verbalizado, sentido, percebido de forma coletiva, consolida-se como memória. Em outras palavras, a lembrança quando encontra ressonância com a lembrança da outra pessoa, há o reconhecimento como pertencimento daquele determinado grupo e a reconstrução da experiência vivida. A verbalização, através do encontro e da troca, com aquela frase importantíssima: Fulano, você lembra quando... é uma das formas de consolidação da lembrança como memória.

A importância do Ecomuseu na construção da memória coletiva está em suas dimensões sociais, ecológicas e museais. Através da preservação da memória dos anciãos, dos griôs, dos mais velhos e dos mais novos, com toda a sua contribuição para a coletividade, constitui-se um fator crucial para a construção identitária da comunidade. Sendo assim, são objetos do Ecomuseu do Quilombo Dona Bilina não apenas as memórias positivadas através da escrita, mas também toda a fala, a oralidade ela mesma, com seus contos, histórias, músicas, poemas, as formas de ser e existir no espaço e de construir o tempo, as formas de fazer algo dentro da comunidade, as

relações de afeto e parentesco, as práticas de preservação ambiental, os caminhos, a agricultura familiar, entre outros elementos, que são essenciais na formação social e identitária das pessoas quilombolas.

Na comunidade – *Gemeinschaft*, como diria Ferdinand Tönnies (1995) –, o quilombo, baseado em uma forma de vida tradicional, comum e orgânica, faz com que o Ecomuseu apareça como um dispositivo de fortalecimento das práticas comunitárias e do pertencimento territorial. Mesmo com a expansão urbana vivenciada desde o século XIX em Campo Grande, a resistência e permanência de comunidades tradicionais é digna de nota. Por mais que a sociedade (*Gesellschaft*), com seu ideal individualista, mecânico e impessoal, tendo como sistema padrão o capitalismo, não tenha logrado êxito em suprimir a forma coletiva do social, a comunidade mostra-se cada vez mais simbólica e forte, à medida que as relações sociais são baseadas em memórias vivas de pertencimento e reconhecimento.

Segundo Simões, “uma sociedade também se revela a partir de um acervo de lembranças, de uma memória coletiva que se cultua e cultiva através da arte narrativa” (SIMÕES, 2008, p. 49), fortalecendo o entendimento de que a sociedade também é formada por memórias coletivas, que são praticadas e fortalecidas dentro das comunidades, através das narrativas celebradas pelo encontro. Narrar é também uma forma para vindicar direitos e reconhecimento (Mello e Vogel, 2002)

Assim, o Ecomuseu revela-se um campo de disputa simbólica, no qual a memória coletiva e individual dos membros da comunidade se afirma como instrumento de reivindicação de pertencimento territorial, fortalecendo a identidade local e propiciando ações articuladas contra os “poderes hegemônicos” que constantemente ameaçam sua legitimidade territorial.

A arena pública do Quilombo Dona Bilina: “Quando os pesquisadores vão embora, somos nós que ficamos no território”⁶

As terras do quilombo encontram-se em processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sem

⁶ Fala da liderança comunitária do Quilombo Dona Bilina (Rio da Prata, Campo Grande/RJ) registrado em diário de campo durante pesquisa etnográfica, em 2026.

reconhecimento definitivo da titularidade coletiva, o que evidencia a complexidade da arena pública local. O processo é conduzido em nível federal pelo INCRA, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.887/2003. Em termos procedimentais, o reconhecimento se inicia com a autodefinição da comunidade quilombola e a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, etapa que legitima institucionalmente a identidade coletiva do grupo, reconhecimento este que o Quilombo Dona Bilina possui.

Em seguida, o INCRA assume a condução do processo administrativo, por meio da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), responsável por caracterizar histórica, etnográfica e territorialmente o espaço reivindicado, bem como por analisar eventuais sobreposições fundiárias e conflitos de posse. A partir dessa etapa, o processo se torna objeto de disputas públicas, envolvendo contestações de terceiros, agentes econômicos, entes estatais e demais interessados, evidenciando a conformação de uma arena pública no sentido proposto por Daniel Cefaï (2017), na qual diferentes públicos constroem e disputam a definição legítima do problema territorial.

Vale salientar, que as terras do quilombo não se encontram integralmente mapeadas na Plataforma de Territórios Tradicionais, ferramenta digital criada e gerida pelo Ministério Público Federal (MPF)⁷, voltada à sistematização georreferenciada de territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais no Brasil. A referida plataforma reúne informações autodeclaradas e institucionalmente validadas sobre tais territórios, contribuindo para a visibilidade de áreas ainda não formalmente reconhecidas pelo Estado.

As terras ocupadas pelo Quilombo da Dona Bilina localizam-se no Maciço da Pedra Branca, em sua vertente norte, região popularmente conhecida como Rio da Prata, com extensa vegetação natural de Mata Atlântica, preservada em parte pelo Parque Estadual do Maciço da Pedra Branca. Essa preservação é constantemente tensionada pelos processos de especulação imobiliária, liderados sobretudo pelas milícias, cujos efeitos são perceptíveis na paisagem local.

O avanço da urbanização dos grandes centros, especificamente o do Rio de Janeiro, ocasionou uma característica peculiar na forma de expansão da cidade. Os espaços

⁷ Ministério Público Federal (MPF). Plataforma de Territórios Tradicionais. Ferramenta de mapeamento geoespacial de comunidades tradicionais no Brasil. Disponível em: <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br>. Acesso em: 21 jun. 2026.

urbanos periféricos continuam sendo marginalizados e caracterizados como “ambientes perigosos”, “insalubres”, “vexatórios”, dentre outros adjetivos pejorativos, por parte da população que vive outra realidade urbana dentro de seus “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 1997). A relação moderna na urbe se dá, sobremaneira, por meio de espaços construídos e escolhidos para que determinadas classes sociais interajam entre si. A rua torna-se um lugar “de ninguém” e o espaço comum, um lugar de repulsa e de baixa atratividade por não haver “regras de nivelamento social”; a expansão da cidade conforma-se cada vez mais individualizada, privatizada⁸, condensada, dispersa e não coesa.

É neste contexto que o espaço urbano contemporâneo, no qual o símbolo de qualidade de vida associado ao contato com a natureza — de forma física e sensorial, utilizando-se dos sentidos como o olfato ao sentir a chuva cair na grama, o paladar ao degustar alimentos cultivados de forma orgânica, e a audição ao perceber os sons dos pássaros e demais animais presentes na floresta — tornou-se, ao longo dos anos, uma imagem apropriada pelo mercado imobiliário como sinônimo de qualidade de vida. As construções realizadas em espaços ricos em meio ambiente, fauna e flora tornaram-se alvos do mercado imobiliário. O que antes era considerado “Sertão Carioca” (MEDAWAR, 2025, p. 50) tornou-se, nas últimas décadas, um dos principais focos de investimento em infraestrutura urbana e mobilidade por parte do poder público municipal, especialmente por meio de grandes projetos viários e de reurbanização na Zona Oeste do Rio de Janeiro, com aportes que ultrapassam a escala de centenas de milhões de reais (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2023; 2024; BNDES, 2023).

Vale destacar que o bairro de Campo Grande, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi impactado pelo desenvolvimento comercial advindo das grandes lojas do centro da cidade, as quais se adensaram em torno da linha do trem, formando um centro comercial. Tal desenvolvimento se intensificou nas décadas seguintes. Em 1980, Campo Grande possuía em seu território mais de 113 indústrias, entre empreendimentos de grande, médio e pequeno porte (MEDAWAR, 2025, p. 113). Isto posto, considerando que o território de Campo Grande é bastante extenso, não ocorreu

⁸ Exemplos contundentes são os projetos de concessão e intervenção em logradouros públicos, como o Jardim de Alah e o Buraco do Lume, na cidade do Rio de Janeiro, além de áreas ambientalmente sensíveis da Região Metropolitana, como lagoas, restingas — a exemplo da Restinga de Maricá, onde está previsto um empreendimento turístico (resort) — e outros ecossistemas costeiros

uma concentração de indústrias em uma única região, mas sim sua pulverização, preservando áreas mais isoladas, com presença de sítios, agricultura familiar, criação de animais e plantações⁹.

Vale ressaltar que o capital econômico e simbólico capturado pelos agentes imobiliários, possuem lastro com uma força paramilitar e paraestatal, conhecidas como Milícias¹⁰, os quais atuam no território de forma avassaladora e violenta através da extorsão, de compra e venda de imóveis, loteamentos, construções irregulares, vendas de serviços e produtos diversos aos moradores da região¹¹. Suas ramificações encontram-se dentro do poder público municipal, como exaustivamente apresentado no caso do assassinato da vereadora Mariele Franco. Sendo assim, percebe-se a complexidade dos fatores de coesão social existentes nesta região. Esta força é presente e pulsante a região da extrema Zona oeste do Rio de Janeiro e possui lastro na política, na educação e na vida comercial do município.

A escala da memória: entre território, política e ação coletiva

O conceito de “escala” como uma categoria analítica possui sua gênese no campo da cartografia e da geografia como sendo um elemento de proporcionalidade relacional entre dimensões em mapa que corresponderiam às dimensões reais de um território, tendo diversos subelementos os quais possibilitariam definir rotas estratégicas, mapear espaços e propiciar uma leitura do macro espaço através de representações. Definiu-se a priori as escalas: mundial, nacional, regional e local.

⁹ Esse fenômeno permanece observável no território, especialmente na região da Cachoeira do Mendanha, situada no Parque Estadual do Mendanha, onde as estradas e trilhas apresentam áreas de cultivo de chuchu, mandioca, cana-de-açúcar e hortaliças por produtores locais.

¹⁰ Milícia é o termo utilizado para designar grupos armados paralelos ao Estado, geralmente formados por ex-policiais, bombeiros, militares e outros agentes de segurança pública. Esses grupos exercem controle territorial em determinadas áreas urbanas, impondo regras próprias à população local. Costumam explorar economicamente os moradores por meio da cobrança de “taxas” de segurança, pedágios e da obrigatoriedade de adquirir produtos e serviços fornecidos por empresas associadas à milícia. Assim, configuram-se como agentes que transformam o espaço urbano e se consolidam nas brechas deixadas pela fragilidade do Estado e pela ausência efetiva do poder público, desafiando os princípios do Estado Democrático de Direito. Isto posto, foi cunhado o conceito de Urbanismo Miliciano, no qual trabalha o fato das Milícias não controlarem apenas o território, eles produzem o território ao paço que determinam a ocupação de suas terras, loteamentos, construções irregulares e comercialização de imóveis. (HIRATA et al., 2022).

¹¹ Vide reportagem CNN: MAZZA, Maria; JANONE, Lucas. Rio derrubou 180 construções irregulares em áreas dominadas pela milícia em 2021. CNN Brasil, Rio de Janeiro, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rio-derrubou-180-construcoes-irregulares-em-areas-dominadas-pela-milicia-em-2021/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

Com a virada do século XVIII para o século XIX, a escala foi incorporada ao campo crítico das ciências Políticas, Sociais e Econômicas, assumindo novos contornos epistemológicos. O grande questionamento foi que as escalas não eram meramente uma representação física do território ou do espaço, como se fosse uma foto perfeita sem nenhum tipo de influência. Pelo contrário, demonstrou-se que as “escalas” são um constructo humano histórico, e sendo assim, é por essência atravessado por relações econômicas, políticas e sociais.

A ascensão da estrutura capitalista, tão bem observada e criticada por Karl Marx e Friederich Engels (1818- 1895) nos seus escritos, demonstra a preocupação dos autores em desnudar a conjuntura econômica, social e política vivida pelas sociedades e propor uma teoria revolucionária. Ao longo do transcurso histórico, autores importantes para o campo crítico das escalas, utilizaram os conhecimentos marxistas para expandir o entendimento, como David Harvey (1982) e Neil Smith (1984).

Para Vainer (2006), a dimensão das escalas da ação política não se remete a descrever as escalas existentes como formas meramente conceituais ou ideológicas. Sua concretude está no embate entre forças sociais que acionam estas categorias para legitimar ações, conformando assim, uma arena pública na qual a mobilização do discurso não se cerceia por conceitos limitantes mas, sim, assumem caráter transescalar. Isto posto, o rebatimento das escalas está no próprio território, ou seja, é o território, com todas as suas nuances geográficas e sociais, que as escalas visam fazer ver, e assim, poder analisar.

Ao observar o Ecomuseu do Quilombo da Dona Bilina, objeto empírico desta pesquisa, questiona-se: como podem ser representadas as diversas nuances sociais dentro da conformação teórica das escalas? As comunidades tradicionais se reconhecem nesse conceito? As escalas são acionadas nas disputas pela legitimação do território por parte destas comunidades? Quais as formas de ação realizadas através do Ecomuseu, que integram a ação do campo político? Como o ecomuseu, articulado às práticas comunitárias e às memórias coletivas, opera como um instrumento contra-hegemonico de vocalização política e reivindicação territorial na arena pública? Como o Ecomuseu se torna um dispositivo de publicização de reivindicações do quilombo? Que narrativas o configuram para seus habitantes e nas arenas públicas?

Tais perguntas, estão sendo respondidas no dia a dia da pesquisa de campo através da etnografia multifacetada, a qual nos revela que ações como a agricultura familiar, o reflorestamento da fauna local de parte do maciço da Pedra Branca, a horta comunitária, o Ecomuseu que se dá de forma viva através dos caminhos e percursos de memórias locais vivenciados diariamente pela comunidade, entre outras iniciativas, não são apenas ações que fortalecem a identidade local e a coesão social do grupo, mas sim instrumentos de vocalização política e reivindicação territorial na arena pública.

Outrossim, seguindo essa percepção, o Ecomuseu do Quilombo da Dona Bilina constitui-se não apenas como um instrumento contra-hegemônico, mas também, nas mãos de seus moradores, como um dispositivo de publicização e de fortalecimento do pertencimento territorial. Ao realizarmos as caminhadas pelos percursos histórico-culturais propostos pelo Ecomuseu, o Roteiro do Morros do Caboclos, o Roteiro do Morro da Bela Vista, O Roteiro Jequitibá, o Roteiro da Horta Comunitária e Caixa D'água, percebe-se que Território, Patrimônio, Sociedade e Memória estão não apenas vivas e pulsantes, mas incorporando aliados através da visita organizada ao território do quilombo. Cada encontro com os mais velhos é uma chuva de conhecimento e de memória construída coletivamente, através de lembranças vividas em comunidade; da benzedeira que lembra de cor os nomes dos filhos de Dona Bilina - que ajudou a cria-los e orientá-los através da fé Umbandista e das práticas de cura com medicina ancestral - ao dono do bar que lembra dos jogos de adolescente, o qual se tornava um grande encontro da juventude local da sua época.



Figura 3 – Rezadeira Dona Júlia

A memória aqui tratada extrapola os contornos do patrimônio¹², com seu conjunto de bens materiais e imateriais possuidores de valor comunitário ou de representação simbólica, tornando-se também um elemento organizador da ação pública. Isto quer dizer que todo o processo de construção da memória viva da comunidade, dentro da esfera pública, torna-se uma ação política de pertencimento territorial.

A escala da memória, portanto, é o alcance social, político e territorial que uma memória vivida de forma coletiva adquire ao ser mobilizada por diferentes atores no processo de reivindicação das terras quilombolas, do reconhecimento identitário, do fortalecimento do vínculo social coesionador da comunidade e do planejamento estatal que, por meio dos órgãos públicos, busca atender, em certa medida, aos anseios dessas comunidades. Em outras palavras, ela corresponde à capacidade de uma memória coletiva ultrapassar o âmbito comunitário e produzir efeitos em diferentes escalas de ação pública, mobilizando atores, instituições e políticas voltadas ao reconhecimento territorial.

No caso do Ecomuseu do Quilombo da Dona Bilina, a memória viva e vivida no dia a dia pela comunidade produz pertencimentos, sustenta a legitimidade da reivindicação territorial e articula públicos diversos para além da própria comunidade, como as escolas do entorno, que visitam o quilombo para compreender, de forma experiencial, a cultura local, os espaços de convivência e a memória comunitária. Além disso, orienta práticas de uso do território ao formar agendas de eventos e encontros que extrapolam os debates administrativos e burocráticos, tornando-se espaços de acolhimento, orientação e estudo; e fortalece a ação coletiva à medida que mobiliza os agentes locais em prol de um objetivo comum.

Para exemplificar, no dia 08/06/2026, ocorreu o encontro de movimentos sociais ligados ao Quilombo da Dona Bilina com a Comissão de Segurança Alimentar da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com a presença de representantes do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e da Deputada estadual Marina do MST (PT-RJ), foram debatidos temas importantes, como a regularização das

¹² A definição de patrimônio utilizada neste artigo é baseada na UNESCO e na Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo 216 da Constituição: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira."

terras quilombolas e as políticas de cadastramento de cooperativas agrícolas e de seus participantes, conduzidas pela Subsecretaria Municipal de Agricultura (SMA/RJ), bem como o projeto Racismo Ambiental e Mudanças Climáticas, da Fiocruz, juntamente com o projeto Saúde das Mulheres Negras Cis e Trans, da ONG Criola.

Durante o encontro, os trabalhos desenvolvidos pelo Quilombo foram amplamente apresentados, incluindo visita à horta comunitária e doação de mudas de plantas nativas. Destaca-se também a participação de pesquisadores e parceiros acadêmicos de instituições como UERJ, UEZO, UFF e UFRJ¹³, as quais puderam apresentar seus projetos de pesquisa e extensão realizados no território quilombola.

Esse dia ficou emblematicamente marcado na pesquisa por permitir verificar como as ações, de forma direta e indireta, fomentadas pelo Quilombo, e a memória do pertencimento local foram acionadas perante as autoridades públicas presentes, para que estas compreendessem a urgência e a importância de dar andamento ao processo de demarcação das terras quilombolas.

A rede formada por moradores locais, movimentos sociais presentes, professores e pesquisadores representantes das universidades, representantes dos órgãos públicos e agentes políticos foi diretamente afetada pelas memórias locais, expressas nas diversas falas emocionadas dos participantes da reunião. A memória circulou como um agente equalizador das narrativas e das reivindicações territoriais, conectando os diversos públicos presentes no encontro.

A escala da memória atuou, nesse caso, conectando diferentes níveis de governança, que foram diretamente atravessados pelas narrativas ecomuseais. Tanto o poder político, representado por membros da ALERJ, quanto o INEA, em nível estadual, e a SMA/RJ, em nível municipal, puderam ter contato com as ações de mobilização da comunidade quilombola pela permanência, manutenção e reconhecimento territorial de suas atividades.

¹³ Participei como representante pesquisador do Laboratório de Antropologia e Território (LAT/IPPUR/UFRJ).

Conclusão

O ecomuseu não é apenas um instrumento de preservação da memória local, utilizado para a consolidação de uma identidade local, ou um movimento cultural de base; não obstante, sem diminuir nenhum dos campos de leitura, ele é também, e principalmente, um instrumento político de reivindicação territorial, a partir do princípio de que seus agentes são mobilizados a realizar ações coletivas de identificação e pertencimento local. Esse movimento transforma as ações locais em verdadeiros campos de disseminação de atividades coletivas, as quais “dão seus frutos” por meio do reconhecimento comunitário, do fortalecimento identitário e do pertencimento local, fazendo, assim, frente a outros agentes da arena pública.

Enquanto a governabilidade estatal pensa em escalas fisicamente palpáveis e tangíveis, utilizando uma métrica baseada em dados estatísticos, as comunidades tradicionais criam e recriam seus territórios, que ganham “vida”, pois são cultivados diariamente por mãos, braços, pernas, corpos e mentes que pertencem àquele território.

O Ecomuseu mobiliza a escala da memória como um instrumento legítimo de organização coletiva em prol do atendimento das demandas do Quilombo perante as diversas instâncias do poder público, divididas nas escalas do pacto federativo. Sendo assim, a memória, o patrimônio, a comunidade e o território são acionados para dar corpo à estrutura de legitimação territorial, mostrando, por meio de uma prática museológica viva, como o território se constituiu, como ele se faz presente e está em constante transformação. E são essas transformações essenciais na conformação de novas ideias e novas percepções do território que nos permitem criar e avaliar possibilidades de existência (LAPOUJADE, 2017). Em outras palavras, são os processos que utilizam como base a memória coletiva articulada pelo Ecomuseu que possibilitam uma inserção escalar da memória como elemento organizador da ação pública.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154-161.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Governo entrega túnel no RJ, em obra viária que recebeu R\$ 702,8 milhões do BNDES. Agência BNDES de Notícias, 06 mar. 2026. Disponível em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/sudeste/Governo-entrega-tunel-no-RJ-em-obra-viaria-que-recebeu-R\\$-7028-mi-do-BNDES/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/sudeste/Governo-entrega-tunel-no-RJ-em-obra-viaria-que-recebeu-R$-7028-mi-do-BNDES/). Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 216.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.

DIRK, Renato Coelho. The Expansion of Milícias in Rio de Janeiro: Political and Economic Advantages. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 4, n. 3, p. 236–252, 2022.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: CARBOGIN, Maria Leinad Vasconcelos (org.). Memória Viva de Icapuí. Fortaleza: Fundação Brasil Cidadão, 2013. v. 1, p. 20-29. Disponível em: Arquivo de Mário Chagas. Acesso em: 21 jun. 2026.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ECOMUSEU QUILOMBO DONA BILINA. Ecomuseu. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://ecomuseuquilombodonabilina.com.br/ecomuseu/>. Acesso em: 25 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRATA, Daniel Veloso; CARDOSO, Adauto Lucio; GRILLO, Carolina Christoph; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; LYRA, Diogo Azevedo;

LAPOUJADE, David. William James: a construção da experiência. Tradução de Hortência Santos Lencastre. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MEDAWAR, Carlos Eduardo. Campo Grande do Rio: de Freguesia à Cidade. Rio de Janeiro – RJ. AME – Anthropocenus Medawar Editora. 2025.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Narrativa versus escritura na Restinga de Maricá: segundos pensamentos sobre o fenômeno jurídico e o conflito das formas de vindicação dos direitos. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, p. 112–148, ago./dez. 2002. Disponível em: Repositório Institucional da UFF (RiUFF). Acesso em: 25 jun. 2026.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio realiza obras de mobilidade em Campo Grande. Secretaria Municipal de Infraestrutura, 24 maio 2023. Disponível em: <https://infraestrutura.prefeitura.rio/noticias/prefeitura-do-rio-realiza-obras-de-mobilidade-em-campo-grande/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio inaugura túnel Professor Moacyr Sreder Bastos e entrega a primeira fase do Anel Viário de Campo Grande. Prefeitura do Rio, 2026. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-do-rio-inaugura-tunel-professor-moacyr-sreder-bastos-e-entrega-a-primeira-fase-do-anel-viario-de-campo-grande/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SALERNO, Luigi. Museu e collezioni. Enciclopédia Universal dell'Arte, Vol.IX, Veneza/Roma, 1963.

SIMÕES, Soraya Silveira. Conversas de cozinha: considerações sobre a sociabilidade feminina num conjunto habitacional da Zona Sul do Rio de Janeiro. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de (org.). Mobilidade social: estudos antropológicos sobre trajetórias de vida e trabalho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008. p. 49-69.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade**. Tradução de José Duarte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 1995.

VAINER, Carlos Bernardo. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 8, n. 2, p. 9-29, 2006.